

PONTO CRÍTICO

DESEMPREGO

O pacote econômico do governo pode provocar recessão?

Economia - Brasil

SIM

MEDIDAS RECESSIONISTAS

Paulo Yokota

Diante da crescente vulnerabilidade da economia brasileira frente à crise que está abalando o mundo, o governo foi obrigado, improvisadamente, a entrar dar uma demonstração de sua disposição para corrigir um dos seus desequilíbrios fundamentais, que é o seu déficit fiscal, e evitar um ataque especulativo.

O problema ainda não está resolvido, pois os demais desequilíbrios são a taxa de juros e o câmbio. Os juros reais já eram os mais elevados do mundo civilizado, e ainda assim foram dobrados, orlando-se um dos principais fatores recessivos.

O câmbio valorizado é outro, que diante da insistência governamental em não deixá-lo flutuar, como estão fazendo os nossos principais concorrentes; acaba determinando uma tendência a elevação das importações (que cortam empregos) e não proporciona o dinamismo necessário para as exportações (que geram empregos), deixando um elevado déficit em contas correntes.

Medidas paliativas continuam sendo tomadas para restringir as importações e estimular as exportações, mas são absolutamente insuficientes para reverter o quadro

de forte dependência dos recursos externos, num cenário internacional conturbadíssimo, que restringirá o fluxo de recursos para as economias emergentes.

O único mecanismo eficiente de diminuição do déficit comercial que o governo encontrou foi e recessão, que reduzirá as importações e forçará os empresários à exportação, para continuarem sobrevivendo. Os analistas já estão prevendo crescimento de zero a um por cento da economia brasileira neste final de ano e em 1998.

O pacote não foi senão uma emergencial e exaustiva lista de projetos que estavam em diversos estágios de elaboração nos variados setores da administração pública. Muitos são de difícil implantação, outros não tem impacto significativo na redução do déficit fiscal.

Mas, no conjunto, principalmente quando associado a juros elevados, acaba transferindo recursos do setor privado para o governo, quer pela tributação que pela elevação das tarifas públicas, ajudando a reduzir o déficit das contas públicas. Num quadro recessivo os impactos inflacionários são insignificantes.

O corte deveria concentrar-se nas despesas, mas diante da incapacidade do governo para tanto, acabou avançando sobre os recur-

sos do setor privado, que é a geradora de empregos. Esta limitação é sempre atribuída ao Congresso, mas agora ficou evidente que quando o Executivo está disposto, existem dezenas de medidas que já deveriam ter sido tomadas há muito tempo para reduzir o gasto público.

O aspecto positivo é que o governo reconheceu que o modelo anterior estava proporcionando uma absorção interna superior a sua produção, sustentada por um endividamento externo, que já não é mais possível. Assim só resta a possibilidade de manter o nível de atividade incrementando as exportações.

No atual quadro mundial a concorrência internacional acirrou-se com muitas economias tentando superar as suas dificuldades da mesma forma, agora apoiada em seus câmbios que foram fortemente desvalorizados. No nosso caso, sem a flutuação do seu câmbio, que não se recomenda nos momentos de crises mais agudas, as medidas compensatórias para manter o nível de atividade são insignificantes, e só poderão compensar alguns amigos das autoridades de plantão ou de banqueiros. Não são para simples mortais.

■ Consultor econômico, ex-diretor do Banco Central e ex-presidente do Inbra

NÃO

MANTER O NÍVEL DE EMPREGO

Fernando Bezerra

Com o agravamento da crise financeira internacional, era inevitável a adoção de medidas vigorosas na área fiscal, para viabilizar a queda futura da taxa e juros e a redução da incerteza quanto aos rumos da estabilização. Neste sentido, o conjunto de medidas anunciadas pelo governo está na direção correta. Há, do ponto de vista da indústria, mais ênfase do que o desejável em aumento de receitas, mas este sacrifício extra poderá se justificar caso viabilize uma redução mais rápida das taxas de juros. A combinação de mais medidas de restrição fiscal com elevadíssimas taxas de juros terá forte impacto sobre a atividade econômica, conduzindo inevitavelmente a uma redução do nível de emprego.

Este conjunto de medidas está voltado para o curto prazo, caracterizando o que se poderia ser qualificado como um pacote voltado para garantir a estabilização da economia, ameaçada pela crise financeira internacional. Tão urgente quanto estas medidas é o cumprimento da agenda do crescimento e da competitividade, que se materializa na luta pelas reformas constitucionais e, a curto prazo, por uma avaliação rigorosa dos impactos das medidas sobre a atividade econômica, buscando, através de medidas compensatórias, evitar a instalação de um quadro recessivo no país.

A pertinência das medidas nos pare-

ce inquestionável. Tal como a CNI alertou no último Inform Conjuntural, a política econômica teria que ser ajustada para fazer frente às mudanças de caráter mais permanente que surgiram após a crise internacional. A elevação em quase 100% dos juros, efetivada há dez dias, foi uma medida emergencial que não pode se estender por muito tempo. Portanto, para enfrentar este cenário mais adverso, é indispensável avançar na política fiscal e na política de competitividade. Além do avanço nas reformas, impunha-se a busca de ações de caráter mais imediato, tanto no front fiscal quanto na área da competitividade. Estes dois objetivos, mas especialmente o primeiro, concentraram a atenção do governo.

Do ponto de vista das medidas de competitividade, parece-nos em um primeiro exame mais adequado intitulá-las medidas de ajuste emergencial de balanço de pagamentos. As medidas anunciadas são importantes, ainda que insuficientes, posto que não estão voltadas para atacar as reais causas da falta de competitividade da economia brasileira — o chamado custo Brasil.

Do ponto de vista do ajuste fiscal, um exame preliminar mostra que pouco menos da metade do ajuste pretendido será obtido com aumento de receitas (cerca de R\$ 9,5 bilhões), algumas delas com um pacto negativo sobre as condições de competitividade, como os aumentos dos derivados de

petróleo anunciados para esta semana e das tarifas públicas ao longo de 1998. Juntas, estas duas medidas representam mais de um terço do aumento de receitas pretendido.

Quando ao corte de gastos, há, sem dúvida, medidas severas, como a redução nos investimentos das estatais, a redução nos gastos de pessoal previstos para 1998 e a redução de R\$ 1,7 bilhões nos gastos do orçamento e 1998. Preocupa-nos, entretanto, que algumas destas medidas sejam mera reedição de intenções já apresentadas no passado, o que pode lançar dúvidas sobre a real disposição de adotá-las. Em outubro de 1996, por exemplo, o governo editou um "Pacote fiscal" que continha várias das medidas hoje anunciadas — demissão de servidores não estáveis, extinção de cargos vagos, redução de adicionais, etc.

Portanto, o novo pacote fiscal editado pelo governo, embora correto, contém medidas amargas que, repito, só se justificam se efetivamente conseguirem reduzir a elevação das taxas de juros em curto espaço de tempo e, mais do que isso, contribuir para avançar na aprovação das reformas constitucionais, reduzir o chamado custo Brasil e evitar que a atividade econômica entre no perigoso caminho da recessão. Preservar o nível de emprego, é no curto prazo, o nosso maior desafio.

■ Senador do PMDB-RN e presidente da Confederação Nacional da Indústria